

# OLIVEIRAS ENTRE ALEMÃES

## ESTUDO DE CASO DA CLASSE DOMINANTE NO NORDESTE DE SANTA CATARINA. DA LAVOURA ESCRAVISTA PARA A INDÚSTRIA E A POLÍTICA\*

Ricardo Costa de Oliveira  
Universidade Federal do Paraná

### RESUMO

*Este artigo procura analisar a trajetória de um segmento da classe dominante luso-brasileira no nordeste de Santa Catarina. A partir da história social e econômica da região, desde a fundação de São Francisco do Sul até a consolidação econômica de Joinville, acompanhamos o itinerário da família Oliveira, passando da lavoura escravista para a indústria e a política. Através de uma família da classe dominante local, acompanhamos também os grandes processos sociais, econômicos, culturais, ideológicos e políticos do nordeste de Santa Catarina.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *classe dominante; formação da burguesia; representação da elite política; história econômica de São Francisco do Sul e Joinville (SC).*

A fundação de São Francisco do Sul está inserida na ocupação vicentista da calha sul do litoral da Floresta Atlântica no século XVII. O povoamento vicentista de São Francisco do Sul teria começado em 1645, o de Desterro (Florianópolis) em aproximadamente 1651 e o de Laguna em 1676 (PIAZZA, 1982: 36). Presume-se que em 1660 São Francisco do Sul é elevada a categoria de vila (COSTA PEREIRA, 1984: 43).

A maior parte do litoral catarinense era ocupada pelos guarani quando da chegada dos europeus. Os contatos entre os antigos paulistas e portugueses com os guaranis ou carijós do litoral catarinense resultaram no seu extermínio e escravização. Estas populações indígenas desempenharam um significativo papel nas raízes do povoamento que se formava (JAMUNDÁ, 1987: 24-25).

O crescimento de São Francisco do Sul é lento e vagaroso, acompanhando o padrão do litoral sul da Floresta Atlântica. Em 1738 é criada a Capitania de Santa Catarina como medida político-administrativa relacionada à expansão do Brasil para o sul, mediante o conflito com os espanhóis. Também se situa neste contexto a migração de açorianos e madeirenses para o litoral de Santa Catarina entre 1748 e 1756 (PIAZZA, 1992).

Uma boa descrição de São Francisco do Sul e dos seus arredores é oferecida por Auguste de Saint-Hilaire (1978) em sua passagem pela região em 1820. O autor, viajante francês, um típico representante do sábio, naturalista e cientista de sua época, deixou um excelente material de leitura de viagem sobre o Brasil. A vila consistia então de cerca de oitenta casas, caiadas, com telhas e a maior parte de pedra e bem conservadas. Havia alguns sobrados. Desde que o autor deixara Itu que ele não encontrara uma igreja tão bonita quanto a de São Francisco. O comércio era feito principalmente com o Rio de Janeiro. Em 1819, quinze embarcações foram buscar produtos em São Francisco. Quase todas se des-

---

\* Gostaríamos de agradecer à Professora Raquel S. Thiago e ao Advogado Antonio Roberto Nascimento, de Joinville, sem os quais o artigo não existiria. Também agradeço a Heleni L. dos Santos por ter digitado o texto.

tinaram à capital e seis delas pertenciam a negociantes da região. Os principais produtos exportados eram a farinha de mandioca, arroz e tábuas. A oferta de produtos para o mercado era limitada. O autor visitou o sítio de um dos principais comerciantes da ilha que se queixou da dificuldade que ele encontrava para carregar o seu barco, porque muitas vezes ele andava pelas fazendas e sítios à procura de mercadorias para comprar e nada conseguia (SAINT-HILAIRE, 1978: 143).

A beleza do local foi muito elogiada pelo autor. O grande número de mosquitos era associado a presença de matas cerradas em ambientes úmidos e pantanosos. A maior parte da população dedicava-se à agricultura e à pesca. As terras no continente eram consideradas melhores e mais férteis, principalmente os cubatões. Quase todos possuem canoas e sabem manejá-las com habilidade em seu meio — ambiente anfíbio, no qual bem conhecem, entre as ilhas, os rios e as margens do continente (SAINT-HILAIRE, 1978: 42, 43, 44, 47).

A população do distrito que incluía a armação de pesca de Itapocoroia (Penha) era em 1820 de um total de 4028 pessoas, sendo 3157 livres e 871 escravos. O número de famílias na vila era de 86, no resto da ilha de 110 e no continente 919, perfazendo o total de 1115. Em 1841 o número total de habitantes era de 8176. Os indivíduos livres eram 6896 e os escravos eram 1280.

A maior parte dos habitantes eram agricultores pobres. Apenas os mais ricos possuíam uma casa na vila onde passavam os domingos. Os moradores se alimentavam de farinha de mandioca, de peixe e de mariscos facilmente acessíveis. A mandioca e o arroz eram os cultivos mais freqüentes, sendo os dois produtos da agricultura da região exportados. Plantava-se também o milho como alimentação das galinhas, cavalos e às vezes dos escravos. A cana-de-açúcar era utilizada como aguardente. O algodão era utilizado localmente, assim como o café. As bananas são abundantes (SAINT-HILAIRE, 1978: 148-149). A letargia, a miséria e a indolência caracterizam a maior parte dos habitantes, “[...] eles são tão indolentes quanto os que habitam os pontos mais remotos do Brasil e têm tão poucas necessidades quanto estes. A pesca lhes

fornece uma alimentação garantida, e se eles possuem uma casinha e uma canoa, se têm uma pequena plantação de mandioca que lhes permite comer o seu peixe com farinha, se colhem algumas libras de algodão grosseiro que dêem para fazer um par de camisas e de calças, eles não precisam praticamente de mais nada” (SAINT-HILAIRE, 1978: 148).

As espessas matas que cobriam a região ofereciam um perigo. Às vezes os índios atacavam os sitiados isolados, matando homens, mulheres e crianças. Estes ataques originários dos grupos Xoclog (COELHO DOS SANTOS, 1973: 30-39) aconteciam até mesmo na praia ao sul da ilha. Como resultados ocorriam perseguições e incursões contra os índios a oeste. “Bandos de índios selvagens, vindos do interior, costumavam atacar a praia que eu percorrera ao sair de Piraquê. Pouco tempo antes de minha viagem eles tinham degolado dois rapazes num sítio afastado. Foram perseguidos, e um deles, que tinha o lábio inferior furado, foi morto” (SAINT-HILAIRE, 1978: 158).

A pequena classe dominante da região era constituída pelos comerciantes de maior expressão, proprietários de embarcações que realizavam negócios no Rio de Janeiro e em outros portos e por grandes proprietários rurais, senhores de fazendas escravocratas onde se erguiam solares. “Progredia, assim, lentamente, sob o governo dos seus capitães-mores, a primeira povoação de Manoel Lourenço de Andrade, até que, em 15 de abril de 1847, foi elevada à categoria de cidade. Desfrutando já, a essa época, certa prosperidade agrícola, advinda, em grande parte, do braço negro, o município de São Francisco desenvolveu-se muito daí em diante, chegando a possuir grandes propriedades rurais, onde se erguiam verdadeiros solares, cujas ruínas ainda hoje subsistem, e mantinham constante comércio com as outras praças do país, especialmente no Rio de Janeiro, para as quais enviava carregamentos de arroz, farinha de mandioca, açúcar e alguns outros produtos da lavoura local” (IBGE, 1959: 326).

Outra atividade local era a da pesca das baleias, sendo realizada através de estabelecimentos denominados de armações, de onde partem os barcos e para onde retornam com os animais

que são então cortados para a extração de óleo. Havia uma armação na entrada setentrional do Canal de São Francisco do Sul — na Ilha da Graça e outra em Itapocoroia da Penha. Na fabricação do óleo se empregavam escravos, mas na pesca utilizavam-se homens livres assalariados. “As pessoas que se ocupavam da pesca eram lavradores muito pobres quase todos. Ao invés, porém, de guardarem para o futuro um pouco do dinheiro ganho com esse trabalho e de cultivarem suas terras nos dias de folga, eles ficavam à toa quando terminava a pesca e passavam a vida bebendo cachaça, cantando e tocando violão até que o dinheiro acabasse” (SAINT-HILAIRE, 1978: 163). Ao sul de São Francisco começava o predomínio de populações de origem açoriana que para lá estavam emigrando da Ilha de Santa Catarina “e pertencem à raça caucásica pura” (SAINT-HILAIRE, 1978: 160).

A primeira experiência de colonização não-portuguesa na região de São Francisco do Sul foi a tentativa de implantação da Colônia do Saí em 1842. Organizada a partir da inspiração das idéias de Charles Fourier e do Socialismo utópico, a “Colônia Industrial do Saí” mobilizou cerca de duzentas pessoas lideradas pelo médico homeopata francês, Dr. Benoit Jules Mure. O projeto do “falanstério” do Saí, defronte a São Francisco do Sul fracassou em poucos anos devido às polêmicas internas, à inexperiência e à falta de apoio. A utopia da renovação social não se viabilizou apesar das esperanças investidas (S. THIAGO, 1995).

A presença do Estado Imperial brasileiro faria mudar o destino da região a oeste de São Francisco do Sul. A Lei nº 166 de 29 de setembro de 1840 estabelecia o dote de sua Alteza Imperial Francisca Carolina, irmã de D. Pedro II. Dentro de sua dotação estavam os artigos 5, 6 e 7 que incluíam um patrimônio em terras pertencentes à nação como parte integrante do dote. François Ferdinand Phillipe, Príncipe de Joinville, terceiro filho do Rei Luiz Felipe da França, casou-se com a Princesa Imperial no dia 1º de maio de 1843 e logo depois partiriam para a Europa de onde nunca mais retornariam.

Estudos e consultas escolheram como localização para o patrimônio territorial cerca de 25

léguas quadradas no nordeste de Santa Catarina, entre os rios Pirabeiraba e Itapocu, a oeste da baía de Babitonga, em São Francisco do Sul, Província de Santa Catarina. Em fins de 1845 foi indicado o engenheiro militar Jerônimo Francisco Coelho, natural de Laguna (SC), que há pouco deixara a Pasta da Marinha, para chefiar uma comissão de engenheiros com o objetivo de se medir e estabelecer precisamente os limites consignados de cerca de mil quilômetros quadrados. Em março de 1846 a tarefa estava realizada. O patrimônio de Dona Francisca havia sido mapeado, medido e demarcado.

As razões do Estado Imperial para colonizar a região estavam inseridas em uma geopolítica mais ampla. Com o litoral Atlântico ocupado desde os séculos XVII-XVIII e os campos do planalto atravessados e divididos a partir de 1730 com o caminho das tropas, o caminho do Viamão, restavam os interstícios florestais entre dois espaços relativamente colonizados. Entre o mundo Atlântico e a sociedade pastoril e campeira dos planaltos situavam-se espessas regiões florestais, escarpas montanhosas, vales úmidos com rios e pântanos potencialmente ameaçadores com enchentes cíclicas. Este também era o espaço dos indômitos bugres, o Xocleg do grupo Jê, com suas correrias e tropelias. A geopolítica da imigração dirigida ocupará este imenso “vazio”. São Leopoldo em 1824, no Rio Grande do Sul, ao norte de Porto Alegre, onde a floresta e o relevo desenham a região Colonial ao norte do rio Jacuí nos vales dos inúmeros rios que descem do planalto da Serra Gaúcha. Rio Negro em 1829 no Paraná, limite da mata que vai do sul do referido rio até os campos dos Curitibaanos, rota fundamental na economia do tropeirismo. Os interstícios florestais de Santa Catarina com seus grandes vales e planícies como São Pedro de Alcântara em 1829, Blumenau e Joinville em 1850. De São Leopoldo até o Rio Negro, passando pelos interstícios catarinenses, estrutura-se um projeto colonizador geopolítico por parte do Estado Imperial. Os núcleos coloniais teriam inicialmente um papel relacionado com o abastecimento do mercado interno e com o fornecimento de gêneros de subsistência. Estes pontos de apoio e os seus desdobramentos serão decisivos para a organização e o suporte de massas de migrantes sedentos de terra e dispostos

para o trabalho “civilizarem” os interstícios florestais. As populações nacionais nunca tiveram número e concentração para tal.

A vinda do grupo étnico alemão, incluindo-se os suíços, os austríacos, os originários das diversas regiões que formariam o futuro Império Alemão e outros grupos que falem e se identifiquem com a língua alemã, constituem as populações que originariamente migraram para o Sul do Brasil em número representativo. A vinda dos alemães, assim denominaremos os imigrantes do grupo étnico alemão, está relacionada aos processos sociais, econômicos e políticos de transformação das regiões alemãs entre a década de 20 e 80 do século passado (MAUCH & VASCONCELLOS, 1994). A vinda de estrangeiros para o Brasil sempre motivou reflexões e considerações. O Conselho Ultramarino aconselhava em 1729 ser “conveniente que, se não instalando no Sul, nas povoações da colônia e outras, casais de ilhéus, e quando estes forem insuficientes, se podia conseguir casais de estrangeiros, sendo alemães ou italianos e de outras nações que não sejam castelhanos, ingleses, holandeses e franceses” (CENNI *apud* BRANDECCHI, 1979: 64). Justifica-se a seleção de povos que até a década de 1870 não apresentavam Estados Nacionais e que já não tivessem pretendido ou pretendessem invadir o Brasil.

A Revolução de 1848 precipitara os acontecimentos para o patrimônio de Dona Francisca. As mudanças políticas na França e o exílio dos Príncipes de Joinville motivaram a necessidade de utilização do potencial do dote territorial brasileiro. Esta operacionalização é possível através do Senador Christian Mathias Schroeder, grande capitalista em Hamburgo. Schroeder possuiu interesses em várias atividades e mantinha grandes relações comerciais com o Brasil. É firmado um contrato em 1849 entre o Senador Schroeder e os Príncipes de Joinville para a concessão de 8 léguas quadradas de terras do patrimônio para fins de colonização. Entre um dos pontos do contrato estava a garantia de apoio e privilégios a serem oferecidos pelo governo brasileiro com vistas ao sucesso do empreendimento. O Senador Schroeder forma a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, uma sociedade por ações que assume os deveres e direitos do contrato (FICKER, 1965: 47).

O projeto colonizador da Colônia Dona Francisca e do seu núcleo urbano esboçado, a cidade de Joinville, só foram possibilitados pela existência e pelo auxílio das populações brasileiras estabelecidas na região. Desde a primeira etapa da demarcação, em que caminhos e trilhas já abertos foram utilizados, o transporte por canoas até o local era feito por autoridades e fazendeiros locais com seus agregados e escravos. É o caso do Tenente Coronel Francisco de Oliveira Camacho e do Coronel Antônio Vieira que possuía um sítio próximo a futura sede da Colônia. Em 22 de maio de 1850 chegaram as margens do Rio Cachoeira Louis Aube, francês, vice-cônsul da França em Santa Catarina, representando os príncipes e Hermann Guenther, engenheiro e representante da Sociedade Colonizadora de Hamburgo e mais algumas pessoas que deveriam oficializar o contrato e preparar a chegada do primeiro barco de imigrantes. A base de recepção e chegada dos primeiros imigrantes foram os habitantes locais da região que forneciam alimentos e gêneros de subsistência, ajudavam no trabalho de desmatamento através de empreitadas e auxiliavam na plantações, enfim, o trabalho de quem conhecia o ambiente local. O ponto escolhido no Rio Cachoeira foi onde este não permitia mais a livre navegação e havia a cabana de um francês, Frontin, egresso da fracassada Colônia do Saí. Também onde seria o núcleo de Joinville houve um sítio de brasileiros que foram mortos por bugres em 1843 (FICKER, 1965: 32, 53-57).

A primeira barca a trazer imigrantes europeus diretamente de Hamburgo foi a *Colon*, que chegou em São Francisco do Sul em março de 1851. Cento e dezoito passageiros desembarcaram na Colônia Dona Francisca (FICKER, 1965: 77). Além de 61 noruegueses, que iriam para a Califórnia e cujo barco sofreu avarias e estavam no Rio de Janeiro, foram enviados para a Colônia Dona Francisca, mas ficaram provisoriamente por lá. As primeiras tarefas eram a abertura de picadas e estradas para a demarcação e divisão de lotes. A abertura de valas para drenar a umidade e o desmatamento da floresta tropical também eram urgentes. Uma divisão em três grupos de trabalho direcionaria as atividades. Os suíços começaram abrindo o caminho para o oeste, os noruegueses na direção norte e os alemães na

direção sul-oeste. No início os colonos tinham forte sentimento coletivista para fazer frente às dificuldades (FICKER, 1965: 81).

Os lotes na Colônia tinham entre 10 a 20 morgos (1 morgo= 2.500m<sup>2</sup>) e eram vendidos a preços acessíveis, com leves condições de financiamento e sem juros. A Colônia contava com eficiente administração local por parte da Sociedade Colonizadora e de um representante dos Príncipes. Haveria um agrimensor, uma escola, um médico, um boticário e sacerdotes (protestante e católico). E existia um armazém bem abastecido com gêneros alimentícios, ferramentas e outras mercadorias. A Colônia financiava os imigrantes até os resultados da safra, além de oferecer empregos nas obras de infra-estrutura, como na construção de estradas. Os imigrantes pagavam as passagens e quem não pudesse pagar poderia financiar o pagamento em lavouras futuras ou nos trabalhos para a Colônia.

A sobrevivência do empreendimento nos duros anos iniciais de implantação de europeus do norte na mata tropical da região deveu-se à visão ampla da Sociedade Colonizadora de Hamburgo e aos interesses dos Príncipes. Contando também com a irmã do Imperador que vinculou o apoio do Estado Imperial para o sucesso da colonização. Uma fonte de lucro era a própria venda de passagens e o transporte dos imigrantes, atividade que provocava a disputa entre companhias de navegação na Europa. No retorno, os navios da Sociedade Colonizadora de Hamburgo deveriam voltar com produtos tropicais de exportação. O Estado Imperial promovia facilidades administrativas, isenções e privilégios (criação da alfândega, isenção do serviço militar) para o estabelecimento dos imigrantes no porto de São Francisco do Sul e posteriormente verbas para estradas na Colônia Dona Francisca. O empreendimento da Colônia possuía bases empresariais, planejamento e investimentos para que os colonos tivessem segurança, apoio e boas condições produtivas (TERNES, 1981: 94).

Não apenas camponeses e agricultores migravam para a Colônia Dona Francisca. No barco *Gloriosa*, que chegou em setembro de 1851 vieram imigrantes com “cultura elevada e com iniciativa comercial e industrial, sem contar o

capital a ser empregado na Colônia”. Havia “8 Oficiais com grau de universidade, 2 Engenheiros diplomados, 1 Médico, 1 Doutor em Direito, 2 candidatos a teólogo, 1 Professor de Colégio, 7 Economistas, 5 Comerciantes, 2 Naturalistas, 1 Marceneiro, 2 Carpinteiros, 1 Litografo, 2 Jardineiros, 2 Açougueiros etc” (FICKER, 1965: 102-103). O desenvolvimento urbano da sede com uma estrutura comercial, de serviços e industrial seria a chave para o sucesso do empreendimento. A cidade de Joinville além de ser um mercado consumidor para os produtos da área rural será também o motor produtivo da Colônia Dona Francisca.

No final de 1852, após os dois anos iniciais da Colônia, chegaram 8 barcos de imigrantes da Europa para a Colônia. Tinham sido enviadas 898 pessoas, das quais 125 faleceram como consequência da viagem, das adaptações e das doenças e 118 partiram da Colônia. Plantava-se mandioca, milho, arroz, feijão, batatas, nabos, couve-flor, hortifrutigranjeiros, bananeiras, cafezeiros, laranjeiras, cana-de-açúcar, algodão e tabaco. O gado começava a ser criado, assim como suínos e galináceos. Havia uma olaria, uma fábrica de louças de barros, uma de vinagre, uma de cigarros, 5 casas de negócio, 2 padarias, 1 ferraria, 1 hospedaria, 1 açougue (IBGE, 1959: 208).

Desde 1851 que os colonos procuraram se organizar politicamente. Seria a origem da Comuna (*Vertreterschaft*). A Comuna possuía um documento que funcionava como sua constituição, com 34 artigos sobre a vida política e administrativa da Colônia. Este documento revela uma forma de democracia de base, através da qual era formada a Colônia Comunal. A organização política dos colonos revela a influência da democracia direta inspirada nos Cantões Suíços e num projeto político democrático, pois muitos dos colonos eram refugiados políticos da repressão dos movimentos de 1848 na Europa. A comuna procura se submeter às Leis do Império, mas existiu e mesmo disputou posição após a criação das instituições municipais em 1866 nos moldes Imperiais.

Em 1855 a Colônia foi visitada pelo reverendo norte-americano James Fletcher, que após percorrer o local e ver a constituição do empreendimento em meio a derrubada da floresta,

a comparou com os empreendimentos semelhantes no Missuri e Kansas, apesar da vegetação ser diferente (FICKER, 1965: 169). O modelo era o mesmo, o colono europeu, a sua cabana, a sua plantação e a floresta.

Em 1862 a população total da Colônia era de 3675 pessoas. A Colônia exportava madeira serrada. Telhas de barro e artefatos de cerâmica eram enviados para São Francisco do Sul. A primeira etapa da história industrial de Joinville foi o processamento de produtos agrícolas na forma de engenhos e moinhos de açúcar, cachaça, mandioca e milho, assim como serrarias e olarias. Em fins de 1862 há 70 engenhos de mandioca, 32 de açúcar, 12 carpinteiros, 12 sapateiros, 4 torneiros, uma fábrica grande de guarda-chuvas, 5 fábricas de charuto, 6 olarias, 2 estaleiros. Também existiam pequenas fábricas de sabão, vinagre, louça de barro e cerveja. A vocação e a tendência do empreendimento para o comércio e a indústria se adaptam às tradições econômicas vindas com muitos imigrantes (FICKER, 1965: 232). Também em 1862 começa a imprensa em Joinville com o *Kolonie-Zeitung*.

A questão central para a Colônia Francisca era a possibilidade de se comunicar com o planalto. Desde 1854 que o caminho da Colônia já alcançara a localidade de Três Barras, no antigo caminho que vinha de Curitiba para as planícies do Distrito de São Francisco do Sul. O grande desafio seria uma estrada entre a Colônia e os planaltos a oeste, ligando Joinville com Rio Negro. A Estrada Dona Francisca, que teria este objetivo, se inicia em 1858 com apoio do Estado. Muitos colonos abandonaram Dona Francisca e procuravam melhores oportunidades e clima ameno em Curitiba. Boa parte da imigração alemã para Curitiba a partir de 1850 será de egressos da Colônia.

Na área do Rio Cubatão ao norte, em uma das mais férteis áreas de húmus da região, formou-se o núcleo de Pirabeiraba, de onde parte a Estrada da Serra na direção das escarpas a oeste no vale do Rio Seco. O irmão do Príncipe de Joinville, o Duque de Aumalé, começa a plantação de cana-de-açúcar nas suas terras situadas nas proximidades de Cubatão no início da década de 60. Em 1865 novas máquinas foram

importadas para aumentar a produção de cachaça que era então exportada para o Rio de Joinville. A enorme caldeira que pesava 4 toneladas foi transportada em uma carreta especial puxada por 7 parelhas de bois. A maquinaria foi importada para a usina e destilaria, que era um dos maiores empreendimentos na Colônia. Em 1866 a Fazenda do Duque possuía um “aspecto fabril” com sua alta chaminé, casa de máquinas, dependências para trabalhadores. Em 1872 se importaram equipamentos para se instalar uma usina de açúcar no Domaine Pirabeiraba do Duque d’Aumale.

Nas proximidades estava situada a Serraria do Cubatão ou do Príncipe, movida por meio de roda de água a partir de um desvio no curso das águas. A madeira era exportada para o Rio de Janeiro. Avé Lallemant presenciou o seu início em 1858. Em 1861 foi ampliada (FICKER, 1965: 205, 208, 219, 238, 250).

No dia 31 de maio de 1865 chegou a Joinville o primeiro grupo de viajantes a cavalo vindos do Planalto pelas obras da Estrada Dona Francisca, significando a primeira tropa vinda com remessas de erva-mate e retornando com uma carga de couro curtido (FICKER, 1965: 241-242).

Em 1865/1866 a população da Colônia Dona Francisca se aproximava de 4500 pessoas. Em 1865 vieram 3 navios com 239 imigrantes. Em 1867 três navios com 137 imigrantes. Em 1868, 6 navios com 498 imigrantes. As exportações da Colônia consistiam em tábuas de madeira, roupas feitas (em trabalhos caseiros), tabaco, manteiga. O Diretor da Colônia afirmava que a exportação de 1867 é quase equilibrada com a importação, graças às indústrias que revelavam a sua preferência industrial. Em 1868 a população atingia a 5237 pessoas, formando 1072 famílias. Nasceram 234 e faleceram 72. A exportação ultrapassou a 206 contos de réis. Existiam 8 olarias, 2 fábricas de artigos de cerâmica, 3 cervejarias, 20 fábricas de charutos, 5 padarias, 6 serrarias, 30 firmas comerciais, 2 farmácias, 11 vendas de bebidas. Na zona rural existiam 40 engenhos de farinha, 60 de araruta, 14 de arroz e 8 moendas diversas (FICKER, 1965: 245, 246, 257, 261, 262).

A primeira fase de vida da Colônia Dona

Francisca estava vencida. O empreendimento diversificava sua base econômica, se orientava para a sua vocação industrial e rompia o limite de 5000 habitantes. Dois grandes estabelecimentos na área do Rio Cubatão, a Serraria do Príncipe de Joinville e a Usina do Duque d'Aumale acompanhavam o mesmo potencial da Estrada Dona Francisca que galgava as vertentes da Serra. Desde 1865 começa a chegar erva-mate para Joinville. O Estado Imperial subsidiava a passagem dos imigrantes e concedia subvenções para a construção da Estrada. Em 1866, Joinville tornou-se um município, o que acarretaria problemas com as suas organizações comunais (*Vertreterschaft*). Por alguns anos haveria um duplo poder local (FICKER, 1965: 248, 254).

Entre a população brasileira da região de São Francisco do Sul estavam os Gomes de Oliveira. João Gomes de Oliveira era fazendeiro no Parati (atual município de Araquari), a oeste da Ilha de São Francisco, já no continente. Seu pai, Salvador Gomes de Oliveira era proprietário de extensões de terra que se confrontavam com as terras da Colônia Dona Francisca quando estas foram demarcadas. As linhas da demarcação do Patrimônio Dona Francisca se deparavam com alguns proprietários previamente estabelecidos. Entre eles estava a "sesmaria" de Salvador Oliveira (FICKER, 1965: 31-32; OLIVEIRA, 1984b:114). O primeiro ascendente varonil dos Gomes de Oliveira em São Francisco do Sul foi o Capitão Manoel Gomes Galhardo, um dos principais homens bons da vila, senhor da sesmaria das Areias Grandes no Parati, arrematante do contrato das bebidas e construtor da Câmara —Cadeira — Casa do Conselho de São Francisco do Sul em 1722, obedecendo as instruções do ouvidor Rafael Pires Pardinho, quando de sua visita às vilas do sul do Brasil (COSTA PEREIRA, 1979: 114).

Os Gomes de Oliveira eram fazendeiros escravistas na região. João Gomes de Oliveira era um dos maiores fazendeiros da região e senhor de muitos escravos (OLIVEIRA, 1984b: 121). Também Manoel Gomes de Oliveira era proprietário de escravos, tendo libertado onze escravos de uma só vez durante a Campanha Abolicionista que precedeu a lei Áurea (IBGE, 1959: 326).

João Gomes de Oliveira foi um dos primeiros luso-brasileiros a se mudar para a Estrada Dona Francisca, nas margens do Cubatão, por volta de 1866. Em 1887 ainda residia no Cubatão, tendo a *Folha Livre* noticiado a presença de bugres defronte de sua fazenda (S. THIAGO, 1988: 27).

Raquel de S. Thiago (1984) supunha que na sua fazenda, estrategicamente localizada no pé da serra, se negociava a erva-mate vinda do planalto. João Gomes de Oliveira mudaria-se definitivamente para Joinville mais tarde (S. THIAGO, 1984: 27). Tal fato deveu-se à Abolição dos escravos. Com a emancipação dos seus escravos, João Gomes de Oliveira passaria por grave crise financeira.

A posição das populações brasileiras locais frente aos europeus foi de grande simpatia e apoio desde o início, sendo inclusive um dos fatores para a sobrevivência e crescimento da Colônia Dona Francisca. A classe dominante local rapidamente assimilou a nova situação e as novas oportunidades. "O imigrante teuto, com sua laboriosidade, criara um ambiente repleto de incentivos motivadores do trabalho, que despertaram emulação e uma autêntica corrente de imitação fecunda em inúmeros luso-brasileiros que, atraídos pelas esperanças de um futuro melhor, começaram a se dirigir para a sede da colônia. Entre eles sobressaíram os Gomes de Oliveira, que assimilaram as virtudes da vida ativa e construtiva dos alemães, aliando-as às suas tradições e, a partir do resultado atingido, lançaram as bases de uma tentativa de predominância política Oligárquica" (VEGINI, 1984: VIII).

As possibilidades oferecidas na Estrada Dona Francisca nas imediações do Cubatão e os empreendimentos do Príncipe de Joinville e do Duque d'Aumale abriram novos mercados e novas realizações para a velha classe dominante luso-brasileira. O novo ambiente e os novos pressupostos socioculturais do germanismo ao lado de novas condições econômicas que a região ainda não tinha conhecido, romperam o marasmo e a letargia em que se vivia, produzindo um choque de modernidade a criar novas dinâmicas e a resuscitar velhas energias nos habitantes locais. De fato, os Oliveiras na Estrada Dona Francisca "competiram e ultrapassaram" os imigrantes eu-

ropeus em realizações, em breve se colocando como os lavradores mais ricos da área (VEGINI, 1984: 12-15).

As relações inter-étnicas passavam pela mútua cooperação e pela troca de saberes, práticas, informações, mentalidades e ambientes entre os brasileiros e os europeus. Isto resultou em mútuo benefício e no sucesso do empreendimento colonial. Em sua tese de Mestrado, Vegini (1984) aponta que ao contrário do que pensavam alguns autores como Tobias Barreto, que ao alertar contra os perigos do germanismo, e mesmo para algumas opiniões que temiam que os nacionais sucumbiriam e teriam um papel subalterno frente aos imigrantes alemães, o que aconteceu com os Oliveiras foi um renascimento.

O contraste entre a prosperidade dos alemães e o atraso dos nacionais na região era o contraste de uma tradição nacional da vida fácil, da escravidão, do analfabetismo, das doenças que impedem o caboclo de progredir. Mas, “há exceções esplêndidas, é verdade, que são a segurança dos excelentes predicados do nosso povo. Quando se nos depara um brasileiro sadio, com um descortino mais amplo dos destinos do homem, é de ver como ele sobrepua, muitas vezes, pela capacidade de ação, o trabalhador de qualquer outra nacionalidade” (OLIVEIRA, 1940: 24).

A presença dos alemães não trouxe para a região apenas uma nova ética do trabalho, mas também a materialidade de uma nova economia, um novo mercado com novas chances de vendas e consumo. Com as obras da Estrada Dona Francisca alcançando o planalto e realizando o velho sonho de se ligar o porto Atlântico de São Francisco do Sul com os vastos planaltos do oeste, vencida a barreira da Serra do Mar, novas perspectivas se abriram. O Estado Imperial ao garantir e subvencionar esta importante via de comunicação, abriu as novas perspectivas da economia da erva-mate.

A erva-mate é um arbusto nativo nas florestas dos planaltos do Paraná e de Santa Catarina. A sua coleta e preparo inicial ocorre nos próprios ervais. Os ramos com folhas são cortados, tostados (sapecados) e batidos (cancheados) para obtenção da erva cancheada. Esta é vendida e transportada para os centros moageiros, onde a erva

é submetida a um processamento mais refinado para ficar apta para o consumo nos mercados mais exigentes como erva beneficiada.

Com o avanço da Estrada Dona Francisca até São Bento do Sul em 1873, o comércio da erva-mate fará de Joinville um grande centro moageiro com a instalação de engenhos de beneficiamento e São Francisco do Sul se tornará um porto exportador de erva-mate. A tecnologia existente para o beneficiamento da erva-mate é trazida do Paraná, que desenvolvia o negócio ervateiro desde 1820. Em 1877 estabeleceram-se engenhos de erva-mate em Joinville, com os organizadores vindos de Morretes: Antônio Sinke, José Celestino de Oliveira e Vicente Ferreira de Loyola (FICKER, 1965: 310; TERNES, 1986: 41). A importância da erva-mate para o Paraná e para o norte de Santa Catarina com as suas exportações para os países do cone sul, compara-se à importância do café para São Paulo, da borracha para o Amazonas e do cacau para a Bahia.

Com a erva-mate o comércio de Joinville cresce aceleradamente, ainda mais que as tropas que vêm com este produto do planalto, retornam com produtos locais. Reverte-se a forte emigração de Joinville e consolida-se a permanência dos imigrantes europeus. A atividade ervateira foi uma verdadeira força integradora. Integrava as populações brasileiras dos planaltos na coleta e no preparo inicial e era transportada por alemães para Joinville (São Bento Wagen). Em Joinville era luso-brasileira a maior parte da burguesia ervateira como eram de imigrantes alemães e seus filhos a maior parte dos trabalhadores. A erva-mate também articulava conexões entre as indústrias de Joinville e os comerciantes de São Francisco do Sul que realizavam os despachos marítimos. “A elite luso-brasileira promove, portanto, a primeira grande acumulação de capital em Joinville e, ao contrário do que se difunde, não são os alemães que dão o primeiro grande impulso econômico ao município. Mais adiante, nas primeiras décadas do século XX, então surgirá o capital alemão joinvillense, acumulado durante anos em pequenas iniciativas quase artesanais de manufaturas domésticas. Será a família Dohler, com tecidos; os Steins, no comércio; os Lepper, na fiação; Stock e Richlin, no comércio atacadista e vare-

jista" (TERNES, 1986: 79-80).

A riqueza da erva-mate proporcionará um grande salto quantitativo e qualitativo na economia da região. Reforça a urbanização e a tendência industrial do município de Joinville. Tal como em Curitiba, cria novas fortunas com novos estilos de vida e mentalidades modernas.

Também haverá uma conseqüência empresarial na região em decorrência das atividades ervateiras. Em 1885 o Vice-Presidente de Santa Catarina, Pinto de Lemos, afirmava constituir o mate a principal produção da província, transportada pela Estrada Dona Francisca (LINHARES, 1969: 146). Por trás deste crescimento estavam as firmas Augusto Ribeiro & Procópio, Oliveira & Genro, Ernesto Canac & Cia e Mira & Ribeiro. Em 1891, as principais firmas promoveram uma fusão, passando a se denominar de Companhia Industrial Catharinense Sociedade Anônima. A união e a integração entre várias companhias significou a fusão dos exportadores que atingia desde as áreas de coleta do produto, o seu beneficiamento industrial, a sua exportação e a sua comercialização no exterior. A verticalização da atividade ervateira no norte de Santa Catarina representou a criação da maior empresa catarinense da época (ALMEIDA, 1979: 78).

A Companhia Industrial possuía sucursais em Rio Negro, Antonina, Morretes e Paranaguá, no Paraná. E em Porto União, Lucena, Oxford, Lençol, Campo Alegre e São Bento do Sul no Estado de Santa Catarina e no Contestado. A Companhia Industrial representou uma avançada estrutura capitalista e um padrão organizacional e administrativo moderno. Possui atividades comerciais, industriais e financeiras na sua área de abrangência. A Companhia também montou uma fábrica de erva-mate em Buenos Aires, na Argentina (ALMEIDA, 1979: 33-38). O primeiro diretor foi Ernesto Canac, que era um francês que veio para a região em 1878 como representante de uma importante firma de Buenos Aires interessada na erva-mate. Resolveu ficar e idealizou uma entidade capaz de monopolizar a exportação da erva-mate (OLIVEIRA, 1951: 123). Canac era republicano intransigente e após sua naturalização foi o primeiro Prefeito republicano de Joinville (1890-1892) (HER-

KENHOFF, 1984: 44). Analisaremos posteriormente o itinerário político dos seus outros diretores, Abdon Batista e Procópio Gomes de Oliveira. A relação entre a direção da Companhia Industrial e a Prefeitura de Joinville já foi apontada por outros autores como Rufino Almeida e Ternes. Ernesto Canac foi prefeito em 1890-92 e Presidente da Câmara de 1903 a 1907. Abdon Batista foi prefeito em 1892-93 e 1915-21. Procópio Gomes de Oliveira foi Superintendente (Prefeito) em 1903-06 e 1911-14. A relação entre a burguesia joinvillense e o Estado a nível local é explícita.

A família de João Gomes de Oliveira se beneficiará imensamente da nova economia da erva-mate. O grupo de parentela dos Gomes de Oliveira foi estudado por Raquel S. Thiago (1988) em sua tese de Mestrado. Os filhos de João Gomes de Oliveira que tiveram vínculos no mundo da erva-mate foram:

a) Rosa. Nascida em São Francisco do Sul em 1856. Casada com Crispim Antônio de Oliveira Mira, negociante e sócio da Companhia Industrial, da qual era gerente na filial de Rio Negro quando faleceu em 1898. Pais do famoso jornalista catarinense Crispim Mira.

b) Procópio. Nascido em São Francisco do Sul em 1859. Personagem de destaque da erva-mate e da política em Joinville.

c) Clemência. Nascida no Paraty em 1860. Casada com o ervateiro Francisco José Ribeiro.

d) João (filho). Nascido no Paraty em 1865. Casado com Cezarina Adélia Nóbrega de Oliveira, filha do coronel José Antônio de Oliveira, ervateiro.

e) Amália. Nascida no Paraty em 1865(?). Casada com Leopoldo Corrêa, negociante e sócio da firma Oliveira, Corrêa e Cia, ervateiro.

f) Rita. Nascida em Joinville em 1876. Casada com Victor Celestino de Oliveira, ervateiro, filho do Coronel José Celestino de Oliveira, um dos primeiros ervateiros de Joinville, proveniente de Morretes no Paraná (S. THIAGO, 1988: 08).

Dos filhos de João Gomes de Oliveira (Pai), a figura mais paradigmática foi a de Procópio Gomes de Oliveira. Modelo de empresário

schumpeteriano que através de sua ação econômica e política promove o novo, rompendo com o passado e consolidando os novos processos de produção (SCHUMPETER, 1961: 89-93).

Procópio acompanhou a mudança de seus pais para a Colônia Dona Francisca, entre o Cubatão e a Estrada da Serra. Com a Proclamação da Abolição dos escravos, transferiu-se definitivamente para Joinville com a sua família. Na sua infância conviveu nas lidas agrícolas com os novos imigrantes da Colônia, entre famílias de origem francesa e alemães no Cubatão e na Estrada Dona Francisca. Coursou a escola do padre Carlos Boegerhausen em Joinville. Jovem, passou uma temporada no Rio de Janeiro, onde trabalhou em uma casa portuguesa de armários, iniciando-se nas práticas comerciais. Posteriormente trabalharia em uma firma atacadista e seria caixeiro viajante, realizando vários contatos comerciais e adquirindo experiência comercial na Capital do Império. Retornou do seu estágio “cometa” no Rio e retorna a sua terra natal, onde o português Antônio Augusto Ribeiro, negociante atacadista e ervateiro lhe ofereceu uma posição, ansioso que estava Ribeiro de retornar a seu país. Casou-se com Maria Balbina de Miranda e Lemos, como Procópio, originária da elite luso-brasileira do Parati. Em 1891 participou da criação da Companhia Industrial, tendo sido seu diretor-presidente. Na dissolução da Companhia em 1905, era o seu maior acionista individual, com quase 40% do total. Com a criação em 1907 da Empresa Joinvillense de Luz e Força, com a participação de Etienne Douat, Alexandre Schlemn, Domingos Nova e Olímpio de Oliveira, passou Procópio a participar deste novo negócio ao adquirir a parte de Olímpio. Apesar das dificuldades iniciais, a Empresa se consolidou, tendo importante papel no processo de industrialização da região. Em 1929 com o fim do seu período de concessão pública, foi o negócio transferido para uma subsidiária da empresa alemã A.E.G. num “rumoroso caso de concorrência pública”, que afastou a companhia nacional e a substituiu pela sociedade alemã, causando polêmica e acusações de irregularidade. Procópio também possuía atividades agropecuárias, dedicando-se à suinocultura e cultivando bananas que exportava para Buenos-Aires a partir de sua fazenda. Foi um dos pioneiros na colo-

nização do Itapocu na colônia Jaraguá. Criou uma poderosa feccularia que contribuiu para a produção têxtil e para o desenvolvimento industrial da região. Como Prefeito de Joinville de 1902 a 1906, realizou um notável programa de melhorias urbanas, promovendo aterros, ampliando ruas, melhorando o cais, criando o mercado e construindo o hospital municipal. Durante sua gestão a estrada de ferro vinda de São Francisco é inaugurada com a visita do Presidente da República Afonso Pena, em uma das maiores festas que a cidade já conheceu. Tão reconhecido foi o seu período como Prefeito que foi reeleito, para retornar em 1911, continuando seu programa de melhoramentos e benefícios urbanos e rurais. Procópio foi Deputado Estadual em 1915 e novamente eleito para a 10ª legislatura em 1916. Procópio também seria o Presidente da Associação Comercial de Joinville de 1918 a 1923. Procópio Gomes de Oliveira residia desde 1913 em uma mansão na Avenida que ele também mandara abrir no centro de Joinville, e que posteriormente a sua morte em 1934, passará a se denominar em sua homenagem de Coronel Procópio Gomes de Oliveira (OLIVEIRA *apud* SILVA, 1975: 202-205; TERNES: 1986: 259).

Em apenas uma geração da família Oliveira, observa-se uma transição que em algumas sociedades levou séculos e mesmo em outras regiões do Brasil foi um processo longo e descontínuo de décadas. De João Gomes de Oliveira (Pai) para Procópio Gomes de Oliveira assiste-se a mudança de um padrão rural-agrícola-escravista para um padrão urbano-industrial-capitalista. Em representantes da burguesia brasileira como Procópio se encontraram o dilema das perspectivas, desafios e limites do que poderia ter sido a classe que não houve, a burguesia nacional. Uma classe empresarial autóctone, sólida, auto-suficiente, ilustrada e configuradora da industrialização nacional. O contrário da burguesia brasileira dependente, associada e mesmo integrada no capitalismo internacional como sócio-menor, como classe subalterna (CARDOSO, 1972: 182). Quando Procópio Gomes de Oliveira e seus sócios perderam a concessão da Empresa de Luz e Força para a Empresa Sul Brasileira de Eletricidade S.A, subsidiária das firmas alemãs A.E.G. e Siemens & Sukert, Procópio em um gesto simbólico para a sua auto-imagem e

identidade, retirou a bandeira que encimava o mastro do prédio nas festas nacionais e o enviou a guarda do 13º B.C.. Os temores seriam reais, a Empresul traria da Alemanha o alto escalão administrativo da empresa, sendo muito bem pago, enquanto os funcionários brasileiros eram discriminados e mal pagos. Como a Empresul obedecia às ordens vindas da Alemanha, a empresa se tornaria um dos maiores núcleos germânicos no Norte Catarinense, da qual saíram vários chefes do nazismo em Santa Catarina (TERNES, 1986: 72; OLIVEIRA *apud* TERNES, 1994: 71). No período da guerra a empresa foi nacionalizada pela União e posteriormente foi transferida para o Estado de Santa Catarina que constituirá a CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A).

O controle do poder político por parte dos velhos troncos luso-brasileiros, renovados com a força econômica do mate e com o dinamismo do empreendimento da Colônia Dona Francisca, também teve o fundamental apoio da fração do comércio em São Francisco do Sul. Da união econômica, política e matrimonial entre membros da lavoura escravista na presença dos Gomes de Oliveira, e do comércio de São Francisco do Sul, através de José Antônio de Oliveira, nascerá o atualizado bloco no poder local que terá preponderância na política da região durante a República Velha. Os herdeiros das velhas classes dominantes, acompanharam a intensa modernização da região e prosseguiram como uma burguesia em formação, com liderança também modernizante.

José Antônio de Oliveira, natural de São Francisco do Sul, era grande comerciante e armador naval em São Francisco do Sul, onde possuía vários imóveis urbanos. Era Coronel da Guarda Nacional e foi Cônsul da Argentina, Uruguai e Chile em São Francisco do Sul. Montou uma tipografia na cidade. Era casado com Emília Nóbrega de Oliveira, irmã do Padre Antônio Nóbrega, que foi o pároco de São Francisco do Sul de 1867 até 1915. Se João Gomes de Oliveira na base da Estrada da Serra negociava com erva-mate, José Antônio de Oliveira comercializava, transportava e exportava para os países do Cone Sul, do qual era Cônsul. O pároco local ainda era o irmão de sua esposa, conferindo ainda mais influência para o seu

projeto.

Dos filhos de José Antônio de Oliveira que possuímos referências políticas podemos citar:

a) Alfredo Nóbrega de Oliveira. Foi Deputado Estadual para o Congresso Constituinte de 1910 e para o de 1919-1921 em Santa Catarina.

b) Olímpio Nóbrega de Oliveira. Casado com Maria Virgínia de Oliveira. Era comerciante ervateiro em Campo Alegre. Seu filho Plácido Olympio de Oliveira será advogado, Deputado Estadual Constituinte de 1935 e Deputado Federal em 1951.

c) Cezarina Nóbrega de Oliveira. Casou-se com João Gomes de Oliveira (Filho) do qual teria dez filhos. É o símbolo da união dos Gomes de Oliveira de Joinville com os Oliveira de São Francisco do Sul.

d) Maria Eugênia Nóbrega de Oliveira. Casou-se com o escritor Arnaldo de S. Thiago.

e) Tereza Nóbrega de Oliveira. Casou-se com o médico baiano Abdon Batista, que seria um dos grandes chefes políticos e representante da região na política estadual e nacional.

Abdon Batista foi o estudo de caso do trabalho de Raquel S. Thiago sobre o *Coronelismo Urbano em Joinville*. Abdon nasceu em Salvador em 1851. Formou-se como médico. Chegou em São Francisco do Sul em 1880. Desde cedo dedicou-se à política pelo Partido Liberal do Império. Envolveu-se com a indústria e o comércio de erva-mate, sendo sócio das firmas Oliveira & Genro, depois A. Batista & Oscar e posteriormente da A. Batista & Cia. Abdon foi juiz de paz, vereador, Presidente da Câmara Municipal, Superintendente (prefeito), Deputado Provincial e Estadual, Presidente da Assembléia Legislativa, Vice-Presidente da Província, Vice-Governador do Estado, Governador em exercício, Deputado Federal por três vezes e Senador da República. A longa carreira política de Abdon, que vai de 1880 até 1920 na política da região de Joinville, na política catarinense e no plano nacional revelam o grande papel desempenhado por este personagem que faleceu em 1922.

A presença de um certo modo do fenômeno político do coronelismo também acontece no nordeste de Santa Catarina, em uma das regiões

mais desenvolvidas no Brasil quanto ao sentido da implantação do modo de produção capitalista. Uma estrutura fundiária caracterizada pela pequena e média propriedade rural, pelas vigorosas bases da nascente indústria e dos serviços em pleno crescimento urbano, caracterizam condições específicas para a liderança política na região. Em primeiro lugar, a maior parte da população de Joinville é formada por alemães e seus descendentes. Os representantes políticos devem oferecer uma performance política bastante eficiente para consolidarem a sua preponderância na região. Por isso, o coronelismo na região possui um caráter moderno e/ou de caráter urbano e industrialista, de acordo com as demandas do eleitorado da região. O “Coronel” é o político da região que consegue benefícios para o seu espaço, trazendo recursos e conseguindo alocações e investimentos para a sua área de influência. Com o “Coronel” é possível a montagem de infra-estrutura pública na região: escolas, hospitais, estradas, ferrovias, orfanatos, empregos etc.

A “oligarquia do mate” que domina politicamente a região durante boa parte da República Velha é liderada por agentes sociais comprometidos com a nova ordem burguesa, sendo eles próprios, como é o caso de Procópio Gomes de Oliveira e Abdon Batista, industriais e políticos ao mesmo tempo.

Outra característica é a população formada majoritariamente por alemães e seus descendentes teuto-brasileiros. Desde os primeiros tempos que muitos consideravam a grande influência germânica no nordeste de Santa Catarina e a julgavam um Estado dentro de um Estado, um quisto alemão, onde a língua alemã, as escolas, os religiosos, a vida social, econômica e cultural era dominada por estes. O papel da elite política luso-brasileira em sua interação e relacionamento com esta população também é interessante. Quase todos os políticos luso-brasileiros no início do século falavam um pouco de alemão, que aprendiam em sua infância. O quadro geral é de progressiva integração, mas eventualmente surgiam conflitos.

Durante as eleições municipais de 1898, em um difícil período para Abdon Batista que havia apoiado os federalistas alguns anos antes, o conflito transparece numa percepção dos ale-

mães sobre o processo, visível, por exemplo, numa tradução do *Kolonie Zeitung* nº 86, de 03-11-1898: “A oposição tem todo o direito de participar das eleições, já que a grande maioria do eleitorado não poderá formar nenhuma opinião a respeito dos nomes citados, uma vez que lhes são desconhecidos. Não lhes interessa quem será o Superintendente em Campo Alegre, São Bento, São Francisco. Mesmo assim, não podemos ficar indiferentes a isso, principalmente agora; a menos que nos seja indiferente que todo o norte do Estado fique entregue a uma única família nos próximos quatro anos. O Sr. Dr. Abdon, é como todos sabem, genro do Sr. José Antônio de Oliveira de São Francisco, o Sr. Olympio de Oliveira, de Campo Alegre, filho deste (portanto cunhado do Dr. Abdon), e o Sr. Manoel Tavares, de São Bento, um primo do mesmo. Como uma grande aranha, a família de Oliveira procura tecer sua teia sobre o norte do Estado, e assim formar um cerco familiar nos quatro municípios: Joinville, São Bento, São Francisco e Campo Alegre. E para esta teia, que querem lançar sobre as suas cabeças, vocês eleitores, forneceis o fio” (*apud* S. THIAGO, 1988: 145).

A geração dos Oliveiras que nasce no fim do século XIX e que passa a sua infância em uma Joinville já plenamente consolidada economicamente no seu cinquentenário, terá como missão histórica a participação na integração dos alemães e seus descendentes na vida nacional. À geração dos netos de João Gomes de Oliveira (Pai) será possibilitado o ensino superior como consequência das posições alcançadas pelos seus pais. Aqueles que tiveram a vocação dos estudos serão beneficiados através do capital social da qualificação educacional. Plácido Gomes de Oliveira, filho de Procópio, se formará como médico. José Gomes de Oliveira, filho de João Gomes de Oliveira (Filho), se formará em engenharia. Carlos Gomes de Oliveira, filho do Coronel Francisco Gomes de Oliveira — primo de João Gomes de Oliveira (Pai) —, será também o primeiro advogado nascido em Joinville, formando-se no Largo de São Francisco em São Paulo. Plácido Olympio de Oliveira, filho de Olímpio, também será advogado. Crispim Mira, filho de Rosa Gomes de Oliveira, será um dos mais famosos jornalistas do Estado.

Esta geração viverá intensamente os desafios

de Joinville na primeira metade do século XX. É uma geração que produzirá um discurso e um conjunto de textos sobre a problemática da região. A consolidação e a formação da burguesia imigrante e os seus vínculos com a Alemanha ambientavam uma realidade na política internacional bem diferente daquela de 1850. No início da Colônia Dona Francisca os imigrantes representam excedentes econômicos que se transferem a procura de terras e novas oportunidades econômicas, ou são refugiados políticos da intolerância e do absolutismo após os movimentos de 1848. Os primeiros imigrantes eram idealistas, esperançosos, humildes, possuíam fé na sua capacidade de trabalho e guardavam certa dose utópica para se aventurarem na floresta brasileira, reverentes a sua beleza e complacentes com as realidades do seu novo país de adoção. Já no início do século, muitos dos descendentes dos primeiros pioneiros que enriqueceram e foram estudar no Império Alemão, ou mesmo recém-chegados, passavam a trazer o novo ambiente cultural da Alemanha, refletindo a arrogância do recém-formado Império Alemão, com o sentido imperialista de Bismarck, o expansionismo e o pangermanismo que levaram a 1ª Guerra Mundial. Posteriormente, a influência das idéias e dos sentimentos que formam o nazismo também chegariam a Joinville. Se é verdade que a maioria dos alemães e teuto-brasileiros não compartilhavam completamente destas realidades de supremacia e de racismo, havia uma elite alemã que refletia estes aspectos da política alemã no plano local. Além do mais, a influência dos alemães e descendentes, o predomínio da língua alemã e das suas instituições educacionais, religiosas e culturais, tornavam Joinville um Estado dentro de um Estado. As ameaças de um quisto em potencial no Brasil, ao lado das outras zonas de colonização alemã, suscitavam um grande debate, ainda mais nas situações de crise política e de guerra na Europa.

Através dos itinerários educacionais e políticos percebemos as questões que defrontaram esta nova geração, que produzirá um discurso sobre Joinville:

a) Plácido Olympio Nóbrega de Oliveira. Nascido em Campo Alegre (SC) em 5 de outubro de 1900. Faleceu em 1957. Filho de Olym-

pio de Oliveira e de Maria Virgínia de Oliveira, era neto do Coronel José Antônio de Oliveira. Plácido casou-se com Thereza Schlemm, se formou pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1921. Foi Promotor Público em São Francisco do Sul, Mafra e Joinville. Após a Revolução de 1930 foi nomeado Prefeito de Joinville (1930-1933). Posteriormente ocupou a Secretaria do Interior e Justiça. Foi Interventor Federal interino no Estado de Santa Catarina em 1933. Foi eleito Deputado Estadual Constituinte em 1935 (1935-1937). Em 1951 foi eleito Deputado Federal pela UDN (1951-1954). Na Câmara dos Deputados, Plácido Olympio de Oliveira terá duas intervenções que remetem às suas origens. Um discurso contra a extinção do Instituto Nacional do Mate, e sim a favor de sua reformulação, em 27 de julho de 1951. Outro discurso que também orientará o sentido do seu posicionamento frente às políticas públicas discutidas será o discurso pronunciado em defesa do Fundo Nacional de Eletrificação, em 4 de setembro de 1953. A ervamate e a eletricidade sempre estiveram na agenda econômica e política dos Oliveiras. Seu avô, o Coronel José Antônio, e o seu pai eram negociantes ervateiros, tendo sido este último também um dos pioneiros da Empresa Joinvilense de Eletricidade. Na Câmara, Plácido apoiou a criação da Petrobrás. Plácido Olympio também foi um dos responsáveis pelo projeto do Museu Nacional de Imigração e Colonização em Joinville. Plácido foi Diretor Presidente da Empresa de Eletricidade Alexandre Schlemm de Porto União. Foi Diretor Comercial da Empresa Sul Brasileira de Eletricidade de Joinville. Escreveu “O Primeiro Capítulo da História de Joinville”, “Política de Joinville no Império” e “Joinville em 1906” para o *Álbum do Centenário de Joinville*, sendo um dos primeiros historiadores e analistas políticos de Joinville.

b) Crispim Mira. Nasceu em Joinville em 1880 e morreu em 1927, assassinado em virtude de um artigo sobre as obras públicas no porto de Florianópolis, sendo agredido na redação da *Folha Nova*. Crispim Mira, grande jornalista catarinense, figura que despertava paixões com o seu notável estilo comunicativo, foi o tema da Dissertação de Mestrado de Edmundo Vegini (1984) — *Crispim Mira (1880-1927). A personalidade histórica de Crispim Mira e a regeneração nacional pela ética germânica do*

*trabalho*. Crispim era filho do negociante de erva-mate Crispim Antônio de Oliveira Mira e de Rosa Gomes de Oliveira, portanto, neto de João Gomes de Oliveira. Crispim trabalhou no comércio e na advocacia, mas seu principal interesse eram as letras e o jornalismo. Passou pela *Gazeta de Joinville*, o *Jornal do Povo*, colaborou com diários do Rio de Janeiro e foi redator da *Gazeta Catarinense*, da *Folha do Comércio* de sua propriedade, do *Terra Livre* e da *Folha Nova*, último dos jornais por ele fundados e dos quais era o redator principal ou único. Escrevia sobre tudo, da política ao folclore, da publicidade aos contos. Suscitava polêmicas. Publicou as seguintes obras: *O município de Joinville* (1907), *O Perigo alemão* (1911), *O deputado Irineu Machado versus Alemanha* (1914), *Impostos interestaduais* (1914), *Os alemães no Brasil* (1916), *Aventuras dos irmãos Brocados* (1917), *Santa Catarina-Paraná, A mediação do presidente* (1915), *Confraternização da República* (1918), “O Soldado brasileiro”, (Conferência), *Acorda Brasil* (1919), *Terra catarinense* (1920), *A Situação financeira e política de Santa Catarina* (1924), além de publicações jornalísticas e de direito. Entre os seus temas de análise, colocasse a questão da imigração européia, a questão da identidade catarinense, os limites de Santa Catarina e seus aspectos sociais, econômicos e políticos. A erva-mate também foi objeto de sua reflexão. A vida e a morte de Crispim estiveram ligadas à sua capacidade comunicativa, sendo o seu assassinato um dos casos mais movimentados do Fórum de Florianópolis.

c) Plácido Gomes de Oliveira. Filho de Procópio Gomes de Oliveira. Formou-se em medicina no Rio de Janeiro. Foi Deputado Estadual. Escreveu “A Imprensa em Joinville (1863-1950)” e “Assistência Médica e Hospitalar em Joinville (1851-1951)” para o *Álbum do Centenário de Joinville*.

d) Carlos Gomes de Oliveira. Nasceu em Joinville em 1894. Seu pai foi o coronel Francisco Gomes de Oliveira, conselheiro municipal e presidente da Câmara de Joinville. Carlos estudou em Joinville na sua infância, tendo inclusive passado pela “*Deutsche Schule*”. Em 1910 cursa o Ginásio Catarinense, tradicional escola em Florianópolis. Em 1913 começa o curso na

Faculdade de Direito de São Paulo, formando-se em 1918. É o primeiro advogado nascido em Joinville. De volta para sua terra natal passa a se dedicar à advocacia e ao jornalismo. Casou-se com Sara Gomes de Oliveira, filha de Procópio Gomes de Oliveira, seus primos distantes. Em 1922 foi preso conjuntamente com seu cunhado Plácido, por ter escrito um artigo no *Jornal de Joinville* favorável aos *dezoito do forte*. Presos por alguns dias, retornaram a Joinville em meio a grande manifestação popular. Carlos tornou-se secretário e assessor de Abdon Batista. Foi diretor da Empresa Força e Luz, que procurava levar eletricidade até São Francisco do Sul, de 1924 a 1926. Será nomeado inspetor de ensino, chefe das escolas na região. É nomeado para o Conselho Consultivo Municipal e exerce provisoriamente o cargo de prefeito municipal, quando reconhece a Associação Comercial e Industrial como de utilidade pública. Carlos será Deputado Estadual de 1928 a 1930. Com a Revolução de 1930 passa a apoiar o novo regime. Foi eleito Deputado para a Constituinte de 1933-1934 no Rio de Janeiro. Na Constituição de 1934 introduziu o artigo determinando que o ensino primário fosse obrigatório na língua portuguesa. É eleito Deputado Federal em 1935. Com o Estado Novo passa a ocupar o Departamento das Municipalidades de Santa Catarina em 1938. Atua na campanha da nacionalização de 1938 contra os grupos e as instituições germânicas. Daí resulta seu livro *Nacionalização e ensino* de 1940. A campanha proíbe o uso da língua alemã, a imprensa em língua estrangeira e intervém nas instituições sociais e culturais que recusam brasileiros e a língua nacional. Entretanto, Carlos Gomes de Oliveira protestará e intervirá contra os excessos promovidos contra alemães e seus descendentes injustamente atingidos. Com a criação do Instituto Nacional do Mate (INM), Carlos é convidado para assumir uma de suas diretorias. Em 1942 assume a Presidência do INM, mostrando o compromisso histórico de sua família com o mate. No Governo Dutra, retorna para ocupar cargos no Estado de Santa Catarina, passando a consultor jurídico. Com a recriação dos partidos, participa da fundação do PTB catarinense. Na histórica disputa para o Senado em 1950, Carlos Gomes de Oliveira é eleito, vencendo Nereu Ramos do PSD. No Senado manteve sua orientação

política, privilegiando o ensino, a educação, as relações trabalhistas e a ampliação das políticas sociais. O Senador Gomes de Oliveira representou o Brasil em duas comissões internacionais. Em Helsinque (1955), na Conferência Parlamentar Internacional, e também na Assembleia Geral da ONU em Nova Iorque, onde o filho da Colônia Dona Francisca, que se expressava em inglês e francês — também por necessidade aprendera o alemão na sua infância —, pronunciou discursos no seu privilegiado plenário. Nos conturbados dias de novembro de 1955, sendo Presidente do Senado, coube a ele empessar a Juscelino Kubitschek de Oliveira na Presidência da República. Após o insucesso na campanha de 1960, quando a chapa de Irineu Bornhausen da UDN para governador e Carlos Gomes de Oliveira para vice pelo PTB ter perdido as eleições para Celso Ramos, Carlos, com 66 anos, desiste da política após uma carreira de quase quarenta anos de atividades. Carlos também ocupa a cadeira número 8 da Academia Catarinense de Letras (1970) e é membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, desde 1929. Em 1985, com 91 anos, lança o seu livro *Integração*. Este é o balanço histórico, social, econômico, cultural e político de uma vida e do contexto de Joinville. Integração é a palavra chave, o paradigma para se compreender o sucesso do empreendimento da Colônia Dona Francisca e de Joinville. A integração é o idioma em comum e um conjunto de referências culturais em comum. Um dos papéis centrais do movimento da integração é desempenhado pela escola, pela educação. Em 1907, durante o exercício na gestão do governo do Estado de Abdon Batista, foi reformada a instituição educacional em Joinville, com a vinda de Orestes Guimarães, implantando, com a sua vinda de São Paulo, um novo modelo de educação nacional na região. A integração territorial, social, econômica e política completam o quadro. A dignidade, a probidade e as realizações de Carlos Gomes de Oliveira foram reconhecidas quando do seu centésimo aniversário em 1994. No livro *Carlos Gomes de Oliveira — 100 anos. A história viva da política catarinense*, um dossiê organizado por Apolinário Ternes, fica presente o sentido de sua vida em prol da integração em Joinville. O papel político-pedagógico e a honestidade de Carlos transparecem

através de vários depoimentos de figuras representativas de Santa Catarina. Carlos Gomes de Oliveira é o primeiro catarinense a receber o título de “Doutor Honoris Causa” pela UFSC (1994).

Já no início do século XX começa outra integração. Os casamentos inter-étnicos entre luso-brasileiros e teuto-brasileiros. Estes promovem uma nova síntese na região, formando novas famílias que incluem a herança tradicional com as novas contribuições européias. Através dos casamentos e dos novos filhos, que se sentem contemplados nas diferentes origens que formam o sul do Brasil, resulta a verdadeira integração e conagração entre grupos reunidos com os mesmos interesses no progresso da região.

Por exemplo, no ramo de João Gomes de Oliveira (filho), capitão, construtor civil e empreiteiro em Joinville, nascido em 1865 ainda no Parati, de seus dez filhos, observa-se a seguinte linha de matrimônios:

- a) José Gomes de Oliveira. Casado com Mercedes Gugisch (de Curitiba).
- b) Celina. Casada com Epaminondas Silva.
- c) Carlos. Casado com Elza Froëlich.
- d) Maria Graciema. Casada com Julião Fainvre.
- e) Diva. Casada com Frederico Augusto Hübener.
- f) João. Casado com Elza Zimmermann.
- g) Dinorah. Casada com Carlos Nascimento.
- h) Nair. Casada com João Batista Costa Pereira.
- i) Célio. Casado com Nair Fernandes.
- j) Dirceu. Casado com Osvaldina Cabral.

Os filhos desta geração, nascidos nas primeiras décadas do século XX, terão a chance de compor itinerários nacionais. Com o crescimento econômico e político no Brasil, formaram-se novas configurações de carreiras nas empresas e na burocracia do Estado, fatores em ampliação no século XX que levarão alguns dos membros da família dos Oliveira a uma dispersão maior. Sendo comum a sua mudança

para Florianópolis, para Curitiba e para os centros do país, Rio de Janeiro e São Paulo, onde contrairão matrimônios e farão carreiras profissionais. A partir da metade do século XX, alguns membros da nova geração nascerão fora do Estado de Santa Catarina, representando o seu ingresso naquela condição que Raymundo Faoro (1987) denomina de “estamento burocrático nacional”.

É interessante apontar que cinco dos bisnetos de João Gomes de Oliveira (pai) serão oficiais aviadores, pilotos, da Força Aérea Brasileira.

### CONCLUSÕES

Através do percurso de uma família, os Oliveira de São Francisco do Sul e posteriormente de Joinville, podemos analisar as condições sociais, econômicas, ideológicas e políticas do nordeste de Santa Catarina. Através do destino de elementos da sua classe dominante, podemos perceber suas principais questões e desafios frente a estruturação social, econômica, ideológica e política da região.

Um dos pontos mais interessantes é a compreensão de como a Colônia Dona Francisca foi implantada, como sobreviveu, prosperou e se tornou a potência industrial e econômica que é a atual Joinville, a partir de uma base demográfica tão reduzida. De 1850 a 1888, no período de maior concentração da imigração para a Colônia Dona Francisca, vieram 17.408 colonos (12.290 alemães, 3.224 austríacos e 1834 de outros, principalmente suíços e escandinavos) (RICHTER *apud* OLIVEIRA, 1984b: 109). Destes, um bom número se transferiu para fora, formando boa parte da colônia alemã de Curitiba e mesmo indo para outras regiões do país. Os que ficaram na Colônia Dona Francisca povoaram também São Bento do Sul, Jaraguá do Sul e adjacências.

As razões para o sucesso do empreendimento da colonização europeia no nordeste de Santa Catarina ligaram-se à visão empresarial de longo prazo da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, aos interesses dos Príncipes de Joinville, ao decidido apoio do Estado, a nível Imperial, Provincial e local, para a sobrevivência e expansão da Colônia e à participação dos habitantes

brasileiros, que desde o início auxiliam e se articulam com o empreendimento. Da fusão de todos estes elementos resulta a qualidade do projeto colonizador, que se destaca onde várias experiências de colonização no nosso país não frutificaram.

O trabalho dos imigrantes, com a sua ética laboral, as suas qualificações técnicas e a qualidade dos seus conhecimentos, vindos da revolução industrial, e a sua vontade de empreender encontram no solo virgem da Colônia Dona Francisca as condições institucionais e materiais para o progresso. Os mercados e as demandas existentes somam-se a grande acumulação de capitais que a erva-mate oferecerá para a região. Em 1904, o mate representa 70% das exportações totais de Joinville (ALMEIDA, 1979: 69). Com uma base de capitais e de recursos humanos qualificados na região, o progresso ecumênico é impressionante.

No seu primeiro centenário em 1950, os dados econômicos assim se apresentavam:

Companhias de seguros e Capitalização. Com sede na cidade de Joinville — 1; que operam no município — 37. Estabelecimentos bancários. Agências ou filiais de bancos — 3. Firmas bancárias com sede em Joinville — 2. Caixa Econômica federal — 1. Estabelecimentos Industriais. Extrativa de produtos minerais — 4. Extrativas de produtos vegetais — 36. Indústria Metalúrgica — 28. Indústria Mecânica — 7. Indústria de Madeira e produtos afins — 37. Indústrias de Cerâmica (Telhas, manilhas e tubos) — 24. Indústrias de Couros e peles — 15. Indústria de produtos químicos e preparados farmacêuticos — 13. Indústria Têxtil — 16. Indústria de Vestuário — 12. Indústria de Produtos Alimentícios — 46. Indústria da Panificação — 26. Indústria de bebidas diversas — 22. Indústria da Construção Civil — 21. Indústria de eletricidade, frios, gelo — 3. Indústria gráfica — 12. Indústria de pentes, escovas, pincéis — 5 (ÁLBUM DO CENTENÁRIO DE JOINVILLE, 1951: 218). Estavam lançadas as bases para as grandes empresas de Joinville como a Fundação Tupy, a Hansen (marca Tigre), a Cônsul e a Embraco, a Buschle e Lepper, a Schneider, Nielson e outras. De acordo com os dados preliminares do censo de 1991, Joinville é o maior

município de Santa Catarina em número de habitantes — 346.332 —, sendo um pólo de indústrias do setor metal, mecânico e de produção de materiais plásticos. A industrialização diversificada e moderna de Joinville reflete-se na análise da microrregião colonial de Joinville. Em 1980 a participação da renda da indústria era de 72,6% do total, uma das mais elevadas do país (IBGE, 1990: 418). O papel da família Oliveira revela a atuação dos elementos da classe dominante luso-brasileira, desde São Francisco do Sul até Joinville, mostrando a transição entre a lavoura escravista, o comércio e a indústria da erva-mate e a política. Em um primeiro momento é a sustentação e apoio inicial à Colônia Dona Francisca. Em segundo lugar é a erva-mate que consolida o empreendimento e gera a primeira grande acumulação de capitais que, com a implantação da energia elétrica, permite a industrialização de Joinville. Em terceiro lugar é a missão cultural da integração dos imigrantes no espírito nacional.

A política sempre foi a esfera privilegiada para os projetos em curso e para a integração. Desde Georg. Otto Niemeyer, que se naturalizou como brasileiro e foi o primeiro cidadão joinvilense eleito presidente da Câmara Municipal de São Francisco do Sul em 1865 (FICKER, 1965: 238), a atividade política sempre representou a esfera da agregação e incorporação dos novos interesses. “É interessante notar que os elementos que tomavam parte ativa na política, começam a usar sobrenomes ‘brasileiros’. O português tornou-se nessas condições, a língua ‘superior’. O ‘Fritz’, como Vereador passou a chamar-se ‘Frederico’. O ‘Hans’ mudou o seu prenome para ‘João’, o Henrich (Henrique), e assim por diante. Começou com a atividade política indiscutivelmente a ‘hibridação’ ‘lingüística’, abrindo a primeira brecha do desprezo ou indiferença com relação à língua alemã e o desejo de aprender o português” (FICKER, 1965: 315).

Carlos Gomes de Oliveira que tanto sentiu a discriminação contra os brasileiros, os chamados de “caboclos”, na Joinville do início do século XX, percebeu que o problema do entrelaço das raças poderia ser solucionado com a universalização do ensino e da escola, através dos processos dóceis da persuasão (OLIVEIRA,

1940: 82).

Os Oliveiras em sua trajetória produziram uma imagem de si, que se identifica com o destino histórico dos açorianos do litoral de Santa Catarina. “Construíram tradições, deram os troncos de famílias que se ramificaram pelas regiões circunvizinhas e pelo interior, para desbravar sertões, para criar novos núcleos de populações, para constituir o esteio da nacionalidade no embate rude com povos de outras origens” (OLIVEIRA, 1984a: 194).

A partir da base demográfica e econômica existente no litoral desde o período colonial, base rarefeita, mas que enraíza uma tradição que, com a chegada dos imigrantes e o apoio do Estado e da Revolução Industrial, possibilita histórias de sucesso. Onde alemães, franceses e belgas fracassaram como em São Pedro, em Itajaí e no Saí, percebe-se as dificuldades para que os empreendimentos colonizadores frutificassem. Do desafio econômico vencido para o desafio da integração cultural. Que também seria resolvido. “Hoje o problema nacionalista em Joinville, Santa Catarina, desapareceu. Desapareceu o problema porque as escolas, a educação fez das novas gerações, a integração dos espíritos, não é? Hoje as novas gerações, as crianças, você encontra a toda hora (...) eles só falam português. Isso para mim, realmente é um (...) é um conforto que eu (...) que eu sinto porque foi uma das minhas campanhas (...) eu tenho um livro: *Nacionalização e ensino*, em que eu justamente enfrento esses problemas de nacionalização, daquele tempo em que Joinville era, realmente, uma pequena Alemanha, não é?” (Entrevista de Carlos Gomes de Oliveira a Raquel de S. Thiago, 1978: 36). “[...] A vida do caboclo brasileiro era mais dura. Nós tínhamos que enfrentar, acompanhar, lutar contra aquele espírito germânico que não aceitava fácil o brasileiro, não é?” (*idem* p. 38). “[...] Eu não gosto de chamar brasileiro, teuto-brasileiro, nipo-brasileiro, ou ítalo-brasileiro. Eu prefiro que eles todos são brasileiros. São brasileiros. Nasceram aqui, são brasileiros. Agora (...) quer dizer aqueles brasileiros que eles chamavam mesmo de caboclos que somos nós. Se descendemos de pretos ou de índios, não importa. Não tenhamos vergonha disto. Porque o preto é tão bom como qualquer outro povo” (*ibidem* p. 39).

A defesa da mescla étnica do povo brasileiro contra os preconceitos e as discriminações de alguns alemães foi uma das tarefas da “integração” em Joinville.

Existe a necessidade de se estudar o comportamento dos assim chamados mazombos, os descendentes de portugueses do período colonial. Nesta categoria social está a resposta para as realizações e ambigüidades da classe dominante do Brasil, ainda insuficientemente estudada. Dos Oliveiras, destes descendentes de portugueses que aqui chegaram no início da formação do Brasil Meridional, e que assim emprestaram sua língua e sua cultura, sendo os seus nomes usados para batizar a índios, negros, cristãos novos e nossas misturas, dos mazombos, os primeiros brasileiros que darão o corpo e a alma da nação, assim se referiu Carlos Gomes de Oliveira (1984a) em 1948: “E constituo um povo que, como os irmãos da mesma origem, povoadores do litoral catarinense, está se redimindo do abandono de séculos. Com as estradas e as escolas que os governos estão dando, e continuará reabilitando-se pela assistência direta que, em planos adequados, nos proporcionem tais governos. Porque seria por demais pesado que, sozinhos, pudéssemos sair do atraso em que ficamos. Eu sou, somos nós, as gentes do litoral, que resistimos ao tempo, às endemias, à pobreza da terra, ao abandono. Não pudemos fazer-nos ricos, mas nos sentimos fortes para vencer a idade como

as árvores de cerne que o tempo não abate. Porque, sem dúvida, somos o cerne da nacionalidade, e continuaremos existindo para Santa Catarina e para o Brasil” (OLIVEIRA, 1984a: 194).

\* \* \*

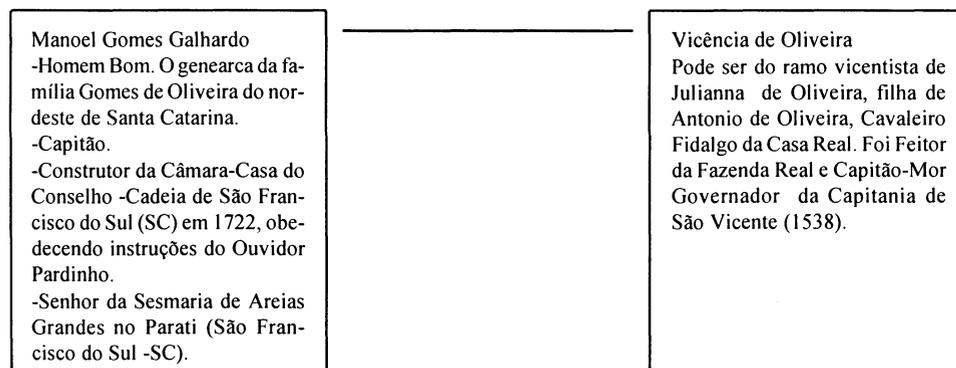
A análise da trajetória histórica da família Oliveira no nordeste de Santa Catarina, reafirma as mesmas bases relacionando política e parentela, analisadas por Linda Lewin na Paraíba (LEWIN, 1987). A diferença é o caráter modernizante e progressista no estudo de caso dos Oliveiras, no que é uma característica estrutural da região nordeste de Santa Catarina.

Também resulta neste breve estudo do grupo de parentela dos Oliveiras do nordeste de Santa Catarina mais uma comprovação local à tese do livro de Francisco Antônio Dória e equipe — *Os Herdeiros do Poder*. Comprova-se que o poder da classe dominante brasileira é um poder herdado das velhas classes dominantes portuguesas, um poder que se mantém estruturado através de longos complexos familiares através de inúmeras gerações (DORIA, 1994).

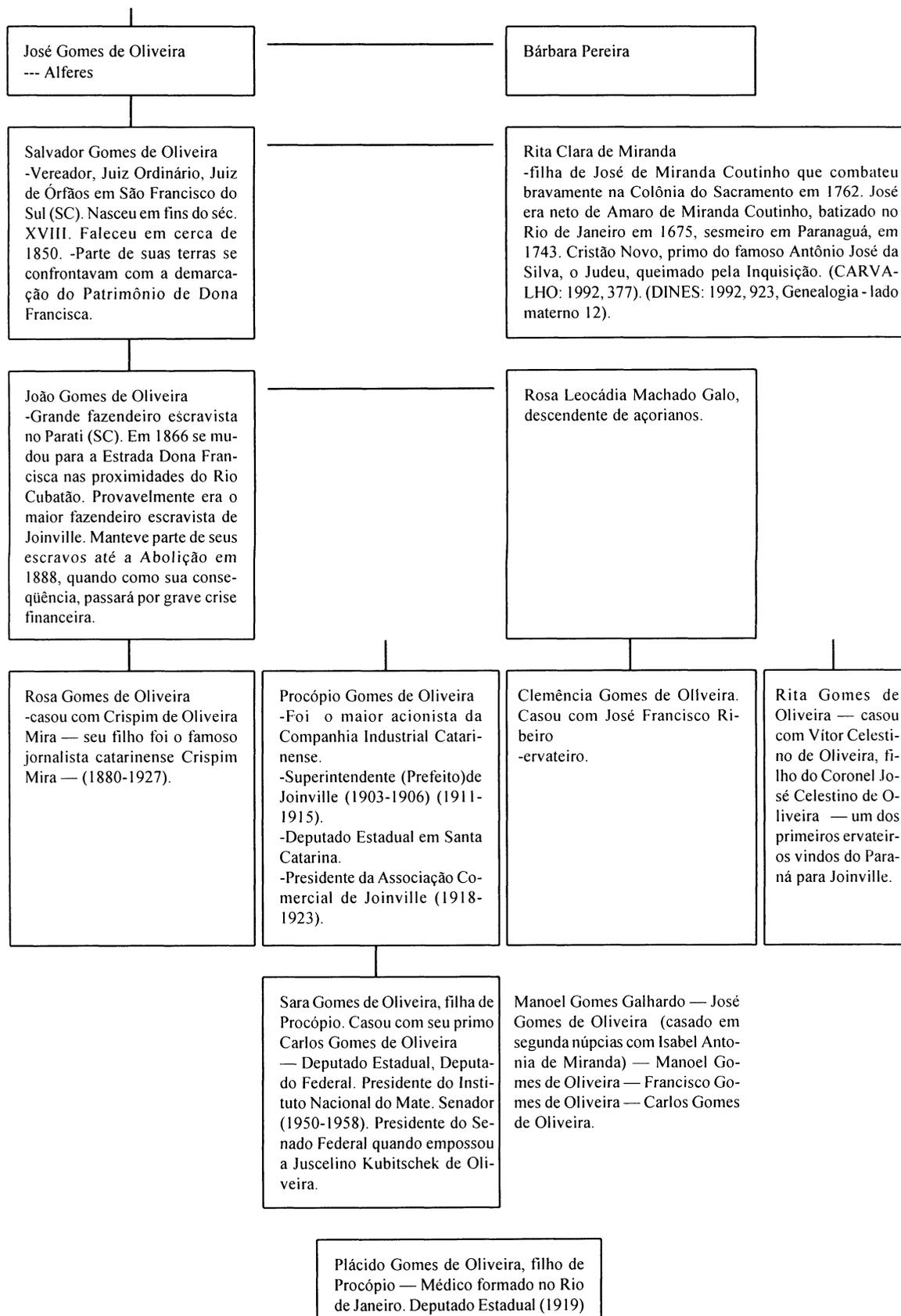
Terminaremos o presente estudo com a metodologia privilegiada pelo excelente trabalho de Dória: a análise da pesquisa social e política da genealogia de alguns membros da Família Oliveira que é o nosso objeto de estudo.

Ricardo Costa de Oliveira é graduado em Ciências Sociais pela UFRJ, mestre em Planejamento Urbano pela Universidade de Londres, doutorando em Ciências Sociais (UNICAMP) e Professor de Ciência Política da UFPR.

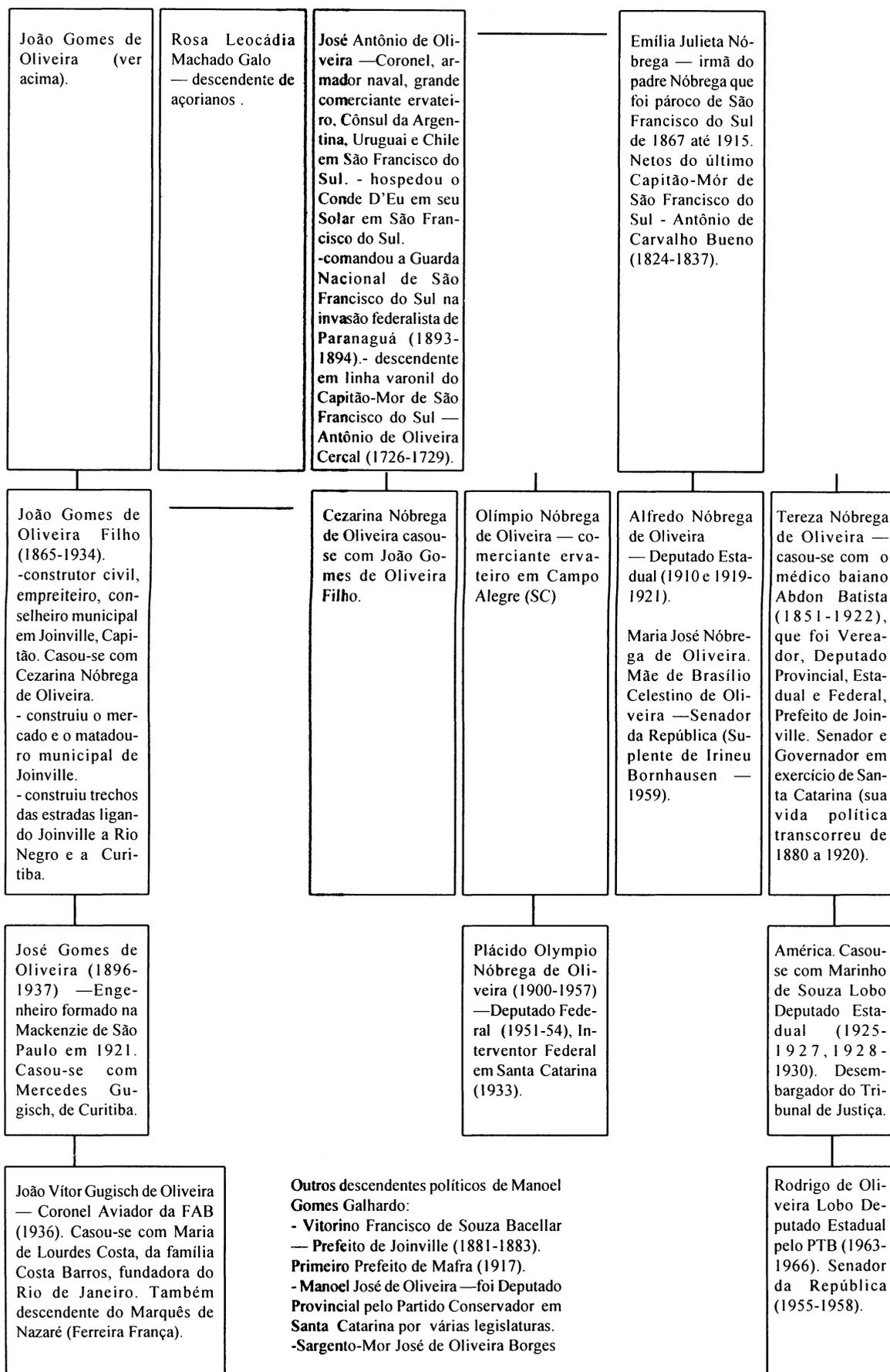
#### GENEALOGIA\*



\* (com a colaboração do Dr. Antonio Roberto Nascimento)



# OLIVEIRAS ENTRE ALEMÃES EM SANTA CATARINA



Ricardo Costa de Oliveira. Sociólogo, Professor da UFPR. (1964).

- Joaquim Firmiano de Oliveira — acompanhante catarinense de Saint-Hilaire.

- Visconde de Guaratinguetá, Francisco de Assis e Oliveira Borges — sua mãe era neta de Manoel Gomes Galhardo, por sua vez, uma neta do Visconde será a esposa de Francisco de Paula Rodrigues Alves (Presidente da República 1902 - 1906). (PASIN: 1980, 86).

Marisa. Casou-se com o Coronel Pedro Ivo Figueiredo de Campos. Prefeito de Joinville (1973-1977). Deputado Estadual e Federal (1971-1973, 1979-1983). Governador de Santa Catarina (1986-1990).

## CONEXÃO ENTRE AS FAMÍLIAS DE SANTA CATARINA E DO PARANÁ

### A SUCESSÃO DE GERAÇÕES NA FORMAÇÃO DO BRASIL MERIDIONAL

Matheus Martins Leme \_\_\_\_\_ Antonia de Góes  
(Capitão-Povoador de Curitiba, fundador da Vila em 1693)

Maria Leme \_\_\_\_\_ Capitão Manoel Picam de Carvalho

Capitão João Carvalho de Assunção \_\_\_\_\_ Maria Bueno da Rocha

Isabel da Silva Carvalho de Jesus \_\_\_\_\_ Miguel de Miranda Coutinho

José de Miranda Coutinho \_\_\_\_\_ Clara Maria Correia de Lemos

Rita Clara de Miranda \_\_\_\_\_ Capitão Salvador Gomes de Oliveira

João Gomes de Oliveira \_\_\_\_\_ Rosa Leocádia Machado Gallo

João Gomes de Oliveira Filho \_\_\_\_\_ Cesarina Adelina Nóbrega de Oliveira

José Gomes de Oliveira \_\_\_\_\_ Mercedes Gugisch

João Vítor Gugisch de Oliveira \_\_\_\_\_ Maria de Lourdes Caldas Freire da Costa

Ricardo Costa de Oliveira \_\_\_\_\_ Sirley Aparecida Stavitski

André Stavitski Costa de Oliveira

FONTES: NASCIMENTO, s.d.; GOMES DE OLIVEIRA e MIRANDA COUTINHO, *Inéditos*; NEGRÃO, 1929.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ÁLBUM HISTÓRICO DO CENTENÁRIO DE JOINVILLE.** (1951). Gráfica Mundial Limitada.

**ALMEIDA,** Rufino Porfírio. (1979). *Um aspecto da economia de Santa Catarina; a indústria ervateira. O Estudo da Companhia Industrial.* Dissertação de Mestrado. Florianópolis, UFSC.

**BRANDECCHI,** Brasil. (1979). *Problemas de imigração na Região Sul.* São Paulo, Editora Parma.

**CARDOSO,** Fernando Henrique. (1972). *Empresário industrial e desenvolvimento econômico.* São Paulo, Difel.

**CARVALHO,** Flávio Mendes. (1992). *Raízes Judaicas no Brasil. O Arquivo secreto da Inquisição.* São Paulo, Ed. Nova Arcádia.

**COELHO DOS SANTOS,** Sílvio. (1973). *Índios e brancos no sul do Brasil. A dramática experiência dos Xocleng.* Florianópolis, Edeme.

**CORREA,** Carlos Humberto. (1983). *Os Governantes de Santa Catarina de 1739-1982.* Florianópolis, UFSC.

**COSTA PEREIRA,** Carlos. (1984). *História de São Francisco do Sul.* Florianópolis/São Francisco do Sul, Editora da UFSC/Prefeitura de São Francisco do Sul.

**DINES,** Alberto. *Vínculos do Fogo.* (1992). Companhia das Letras, SP.

**DORIA,** Francisco Antonio. (1994). *Os herdeiros do poder.* Rio de Janeiro, Revan.

**FAORO,** Raymundo. (1987). *Os donos do poder.* 7ª ed., Porto Alegre, Editora Globo, 2 Vols.

**FICKER,** Carlos. (1965). *História de Joinville. Crônica da Colônia Dona Francisca.* Joinville, Impressora Ipiranga.

**HERKENHOFF,** Elly. (1984). *Joinville. Nossos prefeitos 1869-1903.* Joinville, Arquivo Histórico Municipal, Fundação Cultural de Joinville/Prefeitura Municipal de Joinville.

**IBGE.** (1959). *Enciclopédia dos municípios brasileiros — São Francisco do Sul — SC.* Rio de Janeiro, IBGE.

**IBGE.** (1990). *Geografia do Brasil — Região Sul.* Rio de Janeiro, IBGE, Vol. 2.

**JAMUNDÁ,** Theobaldo Costa. (1987). *Os Carijós lá nas raízes.* Florianópolis, Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

**LEWIN,** Linda. (1987). *Política e parentela na Paraíba. Um estudo de caso da oligarquia de base familiar.* Rio de Janeiro, Record.

**LINHARES,** Temistocles. (1969). *História econômica do mate.* Rio de Janeiro, José Olympio Editora.

**MAUCH,** Claudia & **VASCONCELLOS,** Maria. (orgs.). (1994). *Os alemães no sul do Brasil. Cultura-etnicidade-história.* Canoas, Editora da Universidade Luterana do Brasil.

**NASCIMENTO,** Antonio Roberto. (s.d.). "Gente de São Francisco do Sul". *datilo.*

\_\_\_\_\_. O último Capitão-Mór de São Francisco do Sul. (1986). Blumenau em cadernos. T. XXVII. N. 12

**NEGRÃO,** Francisco. (1929). *Genealogia Paranaense.* Vol. 4.

**OLIVEIRA,** Carlos Gomes de. (1940). *Nacionalização e ensino.* Rio de Janeiro, José Olympio Editora.

\_\_\_\_\_. (1984a). "Discurso no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, por ocasião do bicentenário da colonização açoriana em 1948. In: *Integração: Estudos sociais e históricos. Joinville. Santa Catarina. Brasil.* São José (SC), Indústria Gráfica e Editora Canarinho.

\_\_\_\_\_. (1984b). *Integração: Estudos sociais e históricos. Joinville. Santa Catarina. Brasil.* São José (SC), Indústria Gráfica e Editora Canarinho.

**OLIVEIRA,** Plácido Olympio de. (1951). "Joinville em 1906". In: *Album do Centenário de Joinville,* Joinville.

**PASIN,** José Luiz. (1980). *Titulares do Império no Vale do Paraíba. Os Barões do Café.* Revista do Instituto Genealógico Brasileiro. Ano II - N. 2. Edição da Gráfica Municipal São Paulo.

**PIAZZA**, Walter Fernando. (1982). *A colonização de Santa Catarina*. Porto Alegre, Editora Pallotti.

\_\_\_\_\_. (1984). *O Poder Legislativo catarinense. De suas raízes a nossos dias — 1834-1984*. Florianópolis, Editora da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

\_\_\_\_\_. (1992). *A Epopéia açóric-madeirense 1748-1756*. Florianópolis, Editora da UFSC/Editora Lunardelli.

**S. THIAGO**, Raquel de. (1988). *Coronelismo urbano em Joinville. O caso de Abdon Baptista*. Projeto Memória Pública de Santa Catarina Nº 1. Florianópolis, Edição Governo de Santa Catarina.

\_\_\_\_\_. (1995). *Fourier: utopia e esperança na Península do Saí*. Florianópolis/Blumenau, Editora da UFSC/ Editora da FURB.

**SAINT-HILAIRE**, Auguste de. (1978). *Viagem a Curitiba e província de Santa Catarina*. São

Paulo, Editora Itatiaia/EDUSP.

**SCHUMPETER**, Joseph. (1961). *A Teoria do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.

**SILVA**, Emilio. (1975). *Jaraguá do Sul. Um capítulo na povoação do Vale do Itapocu. Quem foi Procópio Gomes de Oliveira?* II Livro, s/ed.

**TERNES**, Apolinário. (1981). *História de Joinville — uma abordagem crítica*. Joinville, Meyer.

\_\_\_\_\_. (1986). *História econômica de Joinville*. Joinville, Meyer.

\_\_\_\_\_. (1994). *Carlos Gomes de Oliveira — dossiê dos 100 anos. A Notícia*. Florianópolis, UFSC.

**VEGINI**, Edmundo. (1984). *Crispim Mira (1880-1927). A personalidade histórica de Crispim Mira e a regeneração nacional pela ética germânica do trabalho*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, UFSC.

#### OUTRAS FONTES

Entrevista de Carlos Gomes de Oliveira a Raquel de S. Thiago. Joinville, Arquivo Histórico de Joinville, 1978.

